

38º Encontro Anual da ANPOCS

27 a 31 de outubro de 2014 | Caxambu - MG

GT 27 – Partidos e sistemas partidários

Coordenação: Márcia Dias (IUPERJ), Oswaldo M. E. Amaral (Unicamp)

Fronteiras sociais claras e organizacionais obtusas? Recrutamento e seleção de candidatos ao legislativo nacional e suas consequências nos grandes partidos políticos brasileiros em 2010

Luiz Domingos Costa (UFPR/Uninter)¹

Bruno Bolognesi (UNILA/UFPR)²

Resumo: A seleção de candidatos e o recrutamento político são temas que teoricamente fazem parte de um mesmo processo, mas analiticamente são raros os autores que conferem a relação entre uma coisa e outra. No Brasil, de acordo com o conhecimento disponível, as bancadas partidárias apresentam significativo contraste entre si do ponto de vista de suas bases sociais (Rodrigues 2002), ainda que seus procedimentos internos de seleção de candidatos sejam relativamente uniformes (Samuels 2008). Pretendemos examinar essa ‘combinação’ mediante a intersecção entre processos organizacionais de seleção de candidatos e composição social das candidaturas para a Câmara dos Deputados em 2010 para DEM, PMDB, PSDB e PT. A proposição a ser testada é a de que a seleção de candidatos é diferente entre os principais partidos nacionais e incide sobre o padrão o recrutamento social dos mesmos. Os resultados poderão ajudar a discutir a ideia de que a força da diferenciação social entre as legendas reside na ideologia ou nas crenças de origem dos filiados.

Palavras-chave: seleção de candidatos; partidos políticos; representação política; democracia interna; eleições.

¹ É doutorando em ciência política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor do Centro Universitário Uninter (Curitiba/PR). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) e editor da Paraná Eleitoral, revista de direito eleitoral e ciência política. luizdomingos@gmail.com.

² Atualmente é professor de ciência política na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Editor associado da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp) e editor executivo da *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política* (<http://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral>). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) e no Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino-americanos (CEPPLA). brunobolognesi@gmail.com

Introdução

Maurice Duverger afirmou que a distinção fundamental entre os partidos de quadros e os partidos de massas repousava sobre uma infraestrutura social e política (Duverger, 1987, p. 101). Pretendemos explorar essa ideia para analisar os partidos brasileiros, adaptando-a as características das legendas no século XXI.

No Brasil, as dimensões subjacentes à representação política tem ganhado impulso significativo. Seja na frente de trabalho sobre o perfil social (a composição social ou as bases sociais de recrutamento partidário) seja na frente dedicada ao exame das características de organização e seleção de candidatos (referente ao processo de recrutamento partidário para a montagem da lista de concorrentes). Contudo, a maior parte dos trabalhos dedica-se a estas dimensões de forma analiticamente isolada, não estabelecendo diálogo entre a organização do partido e a base social que o compõe.

De acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2006), os meios sociais de origem influenciam nas escolhas individuais por partidos situados em diferentes posições no eixo ideológico. Possivelmente, segundo o autor, a escolha individual não se baseia necessariamente nas diferenças ideológicas entre as siglas, podendo refletir diferenças de natureza social, como círculos de amizade e redes de relacionamento, pertencimento à organizações civis prévias à militância partidária. Embora sem lograr estabelecer a causa, o autor identifica fortes evidências de que os partidos de esquerda tendem a recrutar seus candidatos entre as camadas média e baixa da sociedade, ao passo que os partidos de direita tendem a recrutar os seus representantes entre as camadas socialmente privilegiadas.

Por mais sugestivas que sejam as afirmações de Rodrigues, permanece a dificuldade para separar a oferta que emerge do mundo social da demanda controlada pelas organizações, tal como elaborado por Pipa Norris (1997). Sem levar em conta essas dimensões, os achados disponíveis no conjunto de investigações têm reduzido o fenômeno às suas consequências (o perfil das bancadas partidárias).

A proposta de união entre estas dimensões partidárias torna-se possível na medida em que os processos de formação de listas eleitorais são entendidos como lócus privilegiado (Freidenberg, 2003) para o manejo institucional das bases sociais que representarão o partido ou, nos termos de Panebianco (2005), para a delimitação do ‘território de caça’ da organização. Ou seja, é principalmente no processo de adesão ao partido e, especialmente, na seleção dos candidatos – que serão parte da face pública da

legenda – que conseguimos observar o modo como processos organizacionais acarretam consequências no conteúdo da representatividade partidária (Freidenberg, 2003).

Como bem lembra Czudnowski (1975), o recrutamento político é um processo longo que contempla etapas que vão desde a socialização do indivíduo em estágios iniciais da vida até procedimentos institucionais que lançam o mesmo à vida política. Contudo, cada vez mais os estudos sobre a forma com que os representantes políticos chegam até seus cargos têm focado em *questões pontuais* deste longo processo. Uma das frentes que mais tomam corpo é o estudo de seleção de candidatos.

Contudo, a seleção de candidatos nos revela muito mais sobre como está organizado o partido (Hazan & Rahat 2010), quem detém o poder no interior da organização (Schattschneider 1942) do que a substância democrática resultante dos processos de formação das listas eleitorais. Portanto, iremos aqui – de forma incipiente e metodologicamente ainda incabada – tentar apontar de que modo *quem* escolhe os candidatos pode impactar na composição social da face pública dos partidos políticos (Wolinetz 2002).

O artigo está assim dividido. Apontamos de quem forma a seleção de candidatos é analisada tendo em vista sua principal dimensão: o *selectorate* (Rahat 2005). Nesse primeiro momento não nos interessa fazer a associação entre inclusividade do *selectorate* e processos de democracia interna, como sugerem, por exemplo, Freidenberg (2006). Em seguida, examinamos a composição social das listas de candidatos para deputado federal em quatro partidos brasileiros. Ao fazê-lo utilizaremos o sugerido por Rahat, Hazan e Katz (2008) a fim de averiguar o espaço fornecido pelos partidos políticos às minorias sociais. Por fim, tentamos estabelecer uma relação entre o processo de escolha de candidaturas e a composição final das listas eleitorais que chegam até o processo eleitoral. Portanto, não se trata aqui do mesmo movimento realizado pela sociologia política de Rodrigues (Rodrigues 2002a) em analisar apenas o resultado eleitoral que se configura nos escolhidos, mas sim de saber em que medida os partidos políticos operam a representação em sua esfera interna.

1. A seleção de candidatos como fronteira organizacional

A seleção de candidatos é definida como o processo pelo qual os indivíduos abandonam sua posição cotidiana na política e passam a ocupar uma pública em busca de um cargo representativo. É um processo, na maior parte das vezes extralegal, predominantemente

controlado pelos partidos políticos³. Segundo Rahat e Hazan (2001), a seleção de candidatos traz consigo o privilégio de revelar processos partidários que podem nos dizer tanto sobre a natureza organizacional do partido, até o comportamento político dos eleitos. Contudo, entre um elemento e outro, há uma série de pequenas nuances no que concerne às causas e consequências do processo de seleção de candidatos.

Os mesmos autores afirmam que é possível estabelecer, a partir da seleção de candidatos, consequências para a governabilidade, já que legisladores selecionados por diferentes métodos teriam diferentes comportamentos no parlamento; consequências para a democracia interna do partido, visto que a seleção de candidatos é o processo chave pelo qual se determinam quem são os atores que detém o controle do partido (Billie, 2001; Freidenberg, 2003); consequências para a eleição, já que a forma com que são escolhidos determina o investimento privilegiando de algumas estratégias de campanha política⁴. Além disso, Rahat (2009) e Hazan e Rahat (2010) apontam que a seleção de candidatos pode conformar a representação interna nas listas partidárias e, por conta disto, impactar na representatividade política nas casas legislativas. É justamente sobre este segundo par de consequências que esse texto pretende tratar. Assim, será possível rearticular parte das etapas envolvidas no processo de recrutamento político e superar a fragmentação concernente aos estudos de seleção candidatos, delineando o quadro que leva dos mecanismos à representatividade.

Vertente paralela tenta fazer a ponte entre o institucionalismo e a sociologia política. Norris (1997) estabelece um modelo de recrutamento político em que procura pesar o lado da oferta de quadros para a formação das listas partidárias e o lado da demanda dos selecionadores que filtram quem serão os nomes que comporão as mesmas. Nesse sentido, a autora apresenta um modelo de análise que leva em conta tanto o processo organizacional de escolha de candidaturas, quanto o *output* deste, lançando mão das variáveis sociológicas que remetem às escolhas políticas dos partidos. Ou seja, a lista de candidatos seria uma combinação entre as bases sociais disponíveis para que os

³ Em sistemas eleitorais de lista com coligação eleitoral permitida, seria o caso de saber em que medida os partidos selecionam os candidatos ou se não são as grandes coligações eleitorais. No caso do Brasil, podemos afirmar com alguma segurança que são os partidos, visto que a abertura para incluir candidatos é muito maior do que a oferta que os partidos encontram (Cervi 2012; Bolognesi 2013b).

⁴ Por exemplo, nos Estados Unidos a existência de prévias, contando com a participação de muitos membros do partido, para a eleição presidencial torna a campanha longa e onerosa; por outro lado, seleções controladas por colégio de líderes, como na Bélgica, apontam um comportamento muito mais restrito ao partido em si do que às bases sociais dos mesmos.

operadores políticos dos partidos pudessem fazer suas escolhas tendo em vista disposições organizacionais de cada legenda em seu ambiente eleitoral.

A perspectiva de Pippa Norris não será completamente atendida, mas a segunda parte do texto aponta que é preciso complexificar a relação entre seleção de candidatos e representatividade. Isso ocorre por um fator que a autora expõe com clareza: o resultado da composição social das listas não é unicausal e nem o partido possui controle sobre a estrutura social que condiciona a oferta de candidatos.

Assim, metodologicamente, dividimos a análise da seleção de candidatos em duas etapas. Em primeiro lugar, mostraremos como é realizada a seleção de candidatos nos quatro maiores partidos brasileiros: DEM, PMDB, PSDB e PT. Serão utilizados os dados apresentados em Bolognesi (2013) que apresente um *survey* com candidatos a deputado federal em 2010 para mensurar o processo. Para tanto tomaremos a análise da: i) inclusividade do *selectorate*⁵ e; ii) a forma de seleção de candidatos⁶.

- i) O *selectorate* será analisado em relação a sua inclusividade. Segundo Hazan e Rahat (Hazan & Rahat 2010), no polo mais inclusivo temos aquelas seleções realizadas por todos os eleitores, como as prévias americanas. No polo mais exclusivo temos seleções feitas por um único líder. Entre estes dois extremos as listas são formadas por delegados de partidos ou colégios de líderes;
- ii) em segundo lugar, observamos de que forma é realizada a seleção, se por meio de votação ou por indicação. Seleções por voto dão maior poder de barganha aos indivíduos, enquanto que listas compostas por meio de indicações tendem a ser mais excludentes, de modo que de saída excluem potenciais participantes do processo.

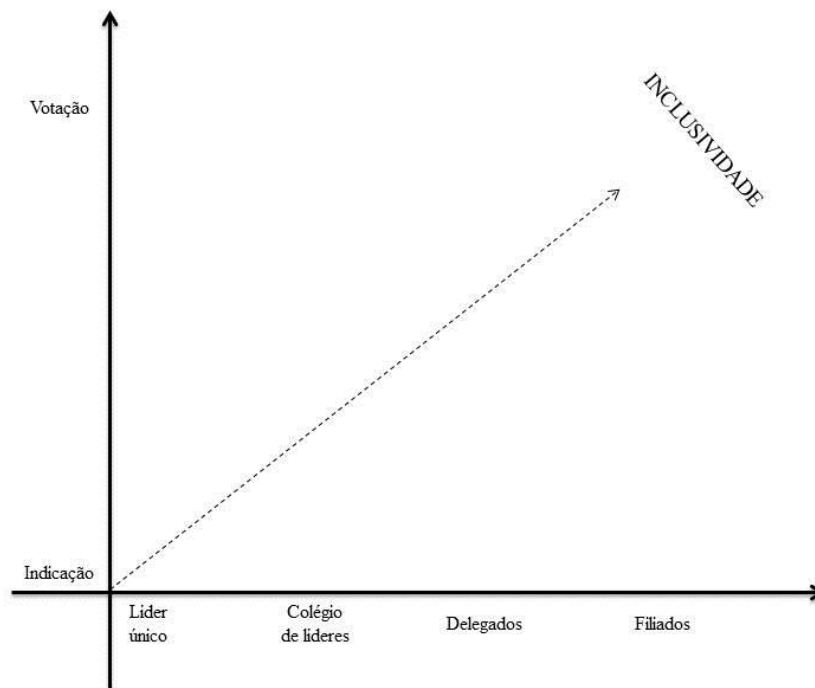
⁵ *Selectorate* é definido aqui como o corpo responsável por tomar a decisão final de quem entra e quem é barrado na lista de candidatos que disputarão as eleições. Ele pode variar desde um único líder político, até órgãos partidários (como colégio de delegados ou de líderes) ou ainda pode ser composto por organizações anexas aos partidos como sindicatos, movimentos sociais, entidades de classe, igrejas.

⁶ Usualmente, vários autores trabalham com pelo menos quatro dimensões para a análise dos processos de seleção de candidatos. Além das duas expostas no corpo do texto, são analisados também os requisitos formais para a candidatura e a centralidade da seleção de candidatos (Pennings & Hazan 2001; Gallagher & Marsh 1988; Freidenberg 2002; Bolognesi 2013b; Hazan & Rahat 2006; Siavelis & Morgenstern 2009). Aqui ignoraremos estas outras dimensões por dois motivos: no Brasil os requisitos legais para ser candidato a deputado federal são facilmente superados pela maior parte dos eleitores (Braga 2008), assim como os requisitos formais dos partidos políticos e; vivemos em um país federado de dimensões continentais, mesmo que o comitê central (nacional) do partido queira, seria impossível controlar a escolha dos candidatos em cada estado.

Poderíamos imaginar a ocorrência de ~~que estes dois processos em alguma medida overlap themselves~~, i.e., sobreposição entre os dois processos. Entretanto, isso ocorre apenas na condição de que um líder único decide quem são os nomes nas listas eleitorais. Mesmo quando temos participação de eleitores, podemos ter processos de indicação de determinados grupos que apoiam um candidato específico ou de facções partidárias que tem direito a indicar certa quantidade de candidatos num partido específico.

O gráfico abaixo resume a inclusividade do *selectorate* na seleção de candidatos em cada partido.

Gráfico 01 – Modelo teórico de inclusividade na seleção de candidatos



E o que a inclusividade tem a ver com a representação política? Segundo Hazan e Rahat (2006) se os partidos insistem em incluir determinados grupos sociais dentre seus candidatos, a probabilidade de que os mesmos recebam votos e sejam eleitos aumenta em relação a não inserção de grupos minoritários nenhum.

A hipótese que adotaremos aqui é adaptada da proposta por Hazan e Rahat (Hazan & Rahat 2006). Os autores israelenses propõem que: quanto mais inclusivo for o *selectorate* menor representatividade terá o mesmo. Ou seja, seleções conduzidas por

filiados tendem a listas mais homogêneas, já que o custo para fazer-se notado e escolhido é muito alto e o comportamento de grandes grupos leva a escolha de candidatos que representem a maioria (ou a média do eleitor). Por outro lado, seleções conduzidas por um único líder tendem a dar maiores chances para a escolha de candidatos advindos de minorias ou grupos sociais periféricos, dizem os autores.

Nós, por outro lado entendemos que a hipótese parece correta quanto a sua primeira conjectura empírica. Contudo, é completamente contraditório afirmar que a seleção de candidatos realizada por um único líder leve a uma composição representativa da lista partidária. A não ser na hipótese em que contemos com um líder plural ou pressionado por outras instâncias, é muito mais provável que seu comportamento seja rigorosamente buscando privilegiar suas próprias vontades ou focar em apenas um elemento da organização partidária⁷ (Hopkin 2001; Hazan & Voerman 2006; Samuels 2008). Portanto, nossa hipótese aqui será a seguinte.

H1: seleções de candidatos conduzidas por *selectorates* extremos quanto sua inclusividade serão menos representativas (independente se por meio de voto ou indicação) e àquelas conduzidas pelos pontos médios de inclusão – delegados de partidos e colégio de líderes – terão resultados mais representativos, sobretudo se a forma predominante de decisão for o voto.

Por exemplo, seleções de candidatos que ocorrem por indicação de delegados de partido tendem a ser tão inclusivas quanto às realizadas pelo voto de líderes num colégio partidário. Ou seja, os partidos podem ‘ponderar’ a inclusividade da seleção tanto por *quem* escolhe como por *como* a escolha é feita.

Como podemos ver na tabela abaixo, os partidos fazem uso de mais de um *selectorate* para formar suas listas partidárias.

⁷ Isso é especialmente verdade em sistemas eleitorais centrados no candidato, onde as pretensões dos líderes de partido na maior parte das vezes são apenas ganhar a eleição independente da representação política que o partido possa oferecer.

Tabela 01 – Quem selecionou os candidatos para deputado federal em 2010					
	Partido Político (%)				total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Filiados do Partido	11,1	28,6	22,2	17,9	20
Delegados do Partido	7,4	0	18,5	67,9	23,6
Líderes do Partido	55,6	60,7	51,9	14,3	45,5
Líder Único do Partido	25,9	10,7	7,4	0	10,9
N	27	28	27	28	110
% total	100	100	100	100	100

Fonte: (Bolognesi 2013a) – n missing=10[1] / Coef. Contigência 0,568 / p value < 0,000

[1] Boa parte deste número de missing refere-se aos candidatos que afirmaram terem sido selecionados por organizações externas aos partidos políticos, como associações profissionais, de classe ou sindicatos. Para fins de análise, esse dado será aqui tratado como missing.

O grande problema na análise da seleção de candidaturas é que este não é um processo linear ou controlado por um único ‘agente organizativo’ na maior parte das vezes. Hazan e Rahat (Hazan & Rahat 2010) dão a estes processos o nome de *complex candidate selection*. Os autores identificam três modos diferentes de seleções complexas: mistas, multi-estágios e balanceadas⁸. No caso brasileiro, verificamos que todos os partidos fazem uso da seleção do tipo mista. Nesse sistema o mesmo ról de candidatos é escolhido por diversos *selectorates* diferentes e compondo uma lista final em que cada candidato experimenta apenas um tipo de seleção.

Então como ponderar a participação de cada ator no processo de nomeação de candidaturas? Hazan e Rahat (Hazan & Rahat 2010) criaram uma escala de 25 pontos de modo a balancear o processo de seleção de candidatos. Nesta escala cada seis pontos devem ser entendidos como o espaço dedicado exclusivamente àquele ator específico. Quando temos seleções do tipo mistas, os pontos do meio entre um e outro *selectorate* servem de referência para posicionar a seleção ‘típica’ de cada partido político. E, por fim, os pontos entre os métodos mistos servem para ponderar a proporção de participação de cada *selectorate* no processo.

Como mostra a tabela 01, vemos que o DEM é o partido onde se predomina eleições realizadas por grupos de líderes (55,6%) e por líderes únicos (25,9%). Como a proporção de uma elite partidária é maior do que a de um líder único, o partido foi posicionado entre estes dois atores, mas ainda sim mais próximo da elite partidária.

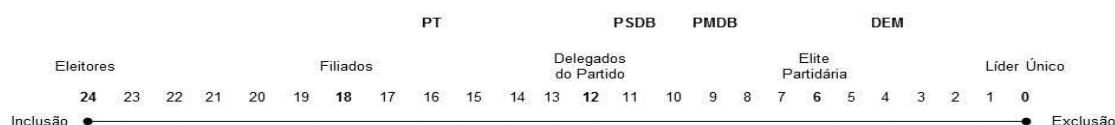
⁸ Para ver mais sobre isso: Hazan e Rahat (Hazan & Rahat 2010) e Bolognesi (Bolognesi 2013a).

Já no caso do PMDB observamos também um domínio de elite partidária (60,7%) e um peso menor de um único líder realizando a seleção, apenas 10,7%. Ao mesmo tempo é o partido que possui a maior proporção de filiados participando do processo, com 28,8% dos respondentes ao *survey* terem afirmado serem selecionados por estes atores. Deste modo, posicionamos o PMDB entre ‘delegados do partido’ e ‘elite partidária’ de modo a balancear o peso relativo dos filiados na escolha de candidatos.

No PSDB observamos uma grande proporção de candidatos escolhidos por líderes partidários, com 51,9%, ao mesmo tempo em que temos algum peso de delegados e de filiados (e um residual de escolha feita por líder único). Dado esse quadro, compensamos o peso dos delegados de partido e dos filiados posicionando o partido mais próximo na escala dos delegados do que no caso do PMDB, por exemplo.

Por fim, no PT é onde encontramos um alto domínio de candidatos sendo escolhidos por delegados do partido, onde 67,9% dos primeiros foram escolhidos pelos segundos. Outras proporções foram de filiados e de líderes partidários, com maior peso aos primeiros. Assim, optamos por colocar o PT no ponto médio entre filiados e delegados, de modo a compensar a participação de uma elite partidária na nomeação de candidatos. A figura 01 resume os achados descritivos conforme a proposta da escala de Reuven Hazan e Gideon Rahat.

Figura 01 – Escala de inclusividade na seleção de candidatos nas eleições de 2010



Quanto apenas a *quem escolhe* o que podemos ver é que o PT é o partido mais inclusivo, enquanto DEM é o que apresenta maior indicador de exclusão. PMDB e PSDB encontram-se ao centro da reta, mas o primeiro com procedimento mais excludente do que o segundo. Contudo, como dissemos, apenas quem escolhe não é a única dimensão capaz de terminar quão inclusiva. É preciso saber a forma com que esse procedimento é realizado.

No *survey* realizado por Bolognesi (Bolognesi 2013a) foi verificado apenas se o candidato havia chegado até a lista partidária por meio do voto ou se havia sido

indicado para tal posição. Diferente dos sistemas eleitorais internos que alguns partidos utilizam em democracias avançadas, o Brasil não apresenta nenhuma evidência de que se utilizem fórmulas eleitorais complexas para composição de suas listas partidárias. A lógica é de maioria simples, aqueles que tiveram maior número de votos entram ou os que foram indicados por maior número de pessoas.

As seleções partidárias realizadas por meio de sistemas de votação tendem a dar maior poder para os indivíduos que ali votam. Por outro lado, sistemas de indicação tendem a criar laços de lealdade apenas entre o candidato e os indivíduos que o indicaram. De outro modo, os sistemas de voto são mais capazes de reforçar posições de lealdade entre os candidatos – e futuros eleitos – e o partido como um todo (Siavelis & Morgenstern 2009).

Abaixo vemos como disseram terem sido escolhidos os candidatos a deputado federal nos partidos que analisamos.

Tabela 02 – Forma de escolha por partido na seleção de candidatos em 2010					
	Partido Político (%)				total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Indicação	73,3	86,7	63,3	23,3	61,7
Votação	26,7	13,3	36,7	76,7	38,3
N	30	30	30	30	120
% Total	100	100	100	100	100

Fonte: Bolognesi (Bolognesi 2013a) - Coef. Contingência 0,437 = p value < 0,000

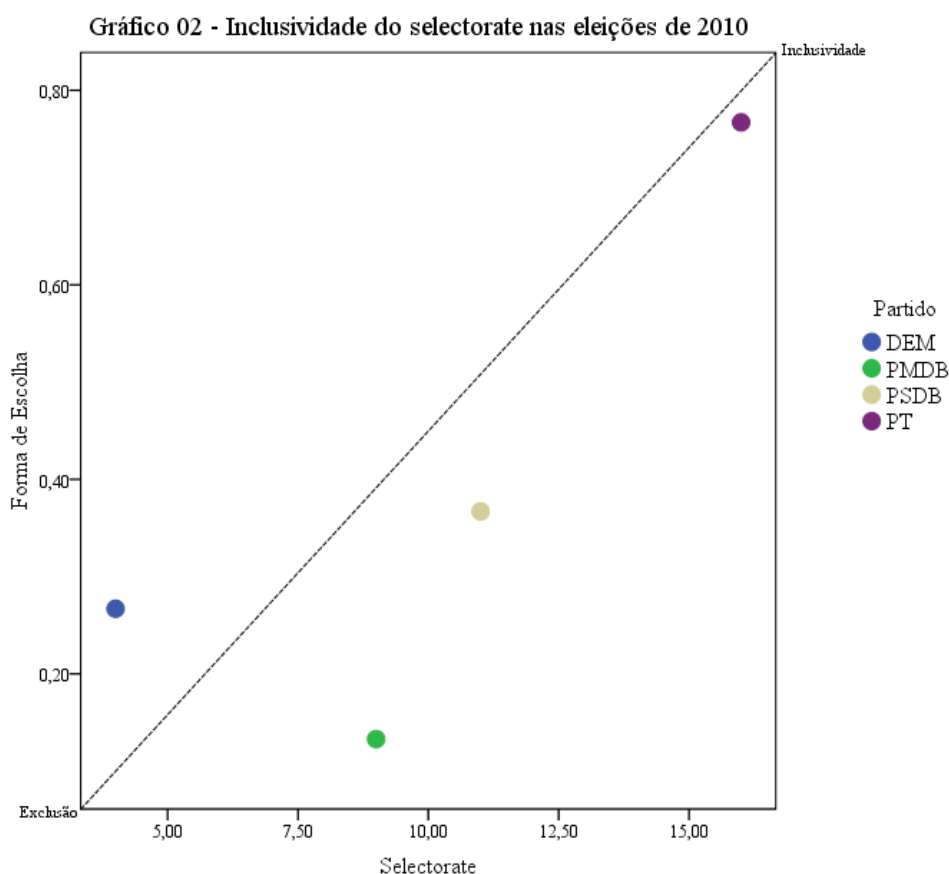
Como podemos ver acima, três dos quatro partidos analisados utilizam o método da indicação de candidatos como principal forma de escolha para montagem das listas eleitorais. Apenas o PT difere-se dos demais, predominando o voto como fonte primordial de tomada de decisão com 76,7% das respostas dos candidatos dadas neste sentido.

Mesmo no partido onde a incidência de seleção por líderes foi a mais alta, o DEM, o PMDB foi capaz de superar na proporção de candidatos indicados. Isso talvez ocorra pela atuação mais forte dos líderes como grupo dentro PMDB, mostrando que nem sempre este tipo de *selectorate* garante a inclusividade na seleção de candidatos.

Por outro lado, os tucanos apresentam indicadores mais ponderados que acompanham de certo modo a distribuição entre os diferentes *selectorates* que o partido mobiliza. O mesmo ocorre com os petistas, onde se espera que grupos de delegados tendam a se comportar predominantemente por votação.

Desse modo, apenas o PT teria um sistema de seleção de candidatos por voto, onde a maioria dos respondentes afirmou ter chegado à lista final de nomes por tal método. Com diferentes equilíbrios, os outros dois partidos apontam para um entendimento mais típico para sistemas eleitorais centrados no candidato, mas ainda sim, longe de serem semelhantes entre si a ponto de dizermos que o sistema eleitoral é capaz de pasteurizar os partidos políticos brasileiros.

O gráfico 02 resume a relação entre inclusividade do *selectorate* e a forma de tomada de decisão em cada um dos partidos.



Sem atentar para os valores absolutos de cada escala⁹, quando miramos na inclusividade do processo de seleção como um todo, como apontado na figura acima, observamos que é o DEM o partido mais excludente, enquanto que PT é entre estes quatro o que conta com procedimento mais democratizado. PMDB e PSDB encontram-se no em torno do centroide do gráfico, mas ainda sim apresentam diferenças organizativas marcantes entre si. Ou seja, a partir da seleção de candidatos é possível atribuir que os partidos políticos brasileiros, ao menos os quatro maiores, possuem organização com contornos bastante claros. Diferente da literatura que presume uma homogeneidade dada à configuração de nosso sistema eleitoral (Samuels 2008; Mainwaring 1988; Desposato 2006; Ames 1995), mesmo partidos próximos em uma das dimensões (como PMDB e PSDB quanto à forma de escolha de candidatos), diferem consideravelmente em relação ao desenho organizacional em outras dimensões. E é claro, precisamos frisar que estamos analisando aqui apenas um processo partidário que pode nos desvendar em alguma medida a organização. Estamos longe de compreender todas as diferenças que poderiam conformar a distribuição de poder nos partidos e sua relação com o ambiente eleitoral (Panebianco 2005; Freidenberg & Levitsky 2007), contudo como mostram os indicadores de associação entre as variáveis (coeficientes de contingência moderadamente altos e com alta significância estatística) não há como negar que as fronteiras organizacionais são bastante claras – e não só do PT em relação com seus pares, como parte da literatura insiste, mas também entre os partidos de origem parlamentar como os outros três aqui abordados.

2. Representatividade social e partidos políticos

A maior ou menor pluralidade social de candidatos no interior de uma organização pode ser um importante caminho para a análise dos *outputs* partidários (Rahat et al. 2008). Aqui, utilizaremos a análise da composição social das listas eleitorais dos partidos como uma *proxy* de sua pluralidade social. Mais especificamente, utilizamos a categorias ocupacionais de trabalhadores com um indicador do pluralismo social partidário. É necessário reconhecer que existem outras medidas para inferir um recrutamento político mais plural, como o sexo ou raça. Entretanto, essas variáveis não tem o mesmo rendimento que análise das ocupações de baixo *status* social: optando por uma ou outra,

⁹ A escala do eixo X foi dimensionada em log10, o que reduziu sua dimensão, mas não altera as distâncias entre os pontos para análise.

ficamos apenas com uma variável binária que oferece baixo rendimento. Isto é, podemos ter dois partidos com a inexistência de negros e que são diferentes entre si no que tange à inclusividade social. Além do mais, a raça só foi incorporada às fichas oficiais dos candidatos no ano de 2014 (para o qual não dispomos de dados sobre as candidaturas ainda). Quanto ao sexo, a política de cotas exerce efeito de diluição das diferenças organizacionais quanto à inclusão feminina nas listas (Araújo & Alves 2007). Assim, tendo em vista o material disponível, o uso das categorias ocupacionais de trabalhadores parece aquela mais apropriada para o estudo da inclusividade social na montagem das listas dado sua complexidade social e possibilidades de matizarmos a análise com gradações de pluralismo e não apenas com categorias sociais dicotômicas.

É preciso reforçar que a opção por essa variável (ocupações de trabalhadores) não é aqui entendida como um preconceito sociológico (Panbianco 2005). Isto é, não se pretende derivar o comportamento organizacional e nem a plataforma do partido de seus tipos sociais. Na verdade, trata-se do inverso: a dinâmica interna de selecionar candidatos pode ser uma via para explicar diferenças sociais relevantes na composição partidária?

De forma mais direta, entendemos que a análise da representatividade social do partido pode significar importante recurso metodológico para medir níveis mais sutis de abertura do sistema político aos distintos estratos sociais. Assim como a presença de mulheres ou negros em postos políticos elevados pode servir como um mecanismo que desperta interesse aos eleitores pertencentes a essas categorias demográficas, a presença de trabalhadores no universo político eleitoral pode funcionar do mesmo modo.

“Uma lógica semelhante provavelmente se aplica em termos de ambição política; se os grupos tradicionalmente excluídos são menos propensos a ter exemplos a imitar, eles podem ser menos propensos a considerar concorrer a um cargo.” (Fox & Lawless 2005, tradução livre). As pesquisas americanas sobre decisão de participar têm feito avanços na relação entre *background*, avaliação de eficácia política e tentativas de candidaturas. Em outras palavras, a tentativa de concorrer, pelos grupos que não desfrutam da condição social tradicionalmente presente no universo político (latinos, negros, mulheres, trabalhadores) é favorecida pela percepção de possibilidade de conseguir espaço nas instituições representativas. Essa percepção é fortemente realçada quando há exemplos a serem seguidos no ambiente dos futuros aspirantes. Essa correia de transmissão pode acelerar a presença de grupos tradicionalmente marginalizados nas

posições de poder político e todo esse, à medida que confere representatividade ao sistema político pode ajudar a melhorar a legitimidade das instituições democráticas tradicionais.

Sem dúvida, em países com experiência de forte participação política regular desses grupos, a sua entrada primordial se deu por meio dos partidos de esquerda ou partidos de trabalhadores urbanos. O destino da demografia política trabalhista ou social-democrata, entretanto, sofreu os reveses típicos da burocratização partidária e da profissionalização dos representantes: após a crescente transmutação das organizações partidárias e a desproletarização (ou aburguesamento) do topo da organização – sem falar também nas próprias mudanças socioeconômicas da sociedade – fizeram com quem os trabalhadores não fossem tão centralmente o grosso dessas organizações (Kirchheimer 2012). Especificamente, os partidos de esquerda, incluindo partidos socialistas do leste europeu – foram uma via de entrada desses grupos na política, mas não o seu terreno de controle absoluto. A classe média intelectualizada e a própria atividade profissional de seus membros deram contornos mais heterogêneos a essas organizações. Portanto, a relação que pode ser observada é a de presença relativa e não a de sobreposição entre status social e de posição ideológica.

Na Polônia, por exemplo, no final dos anos 1980 o POUP (Partido Operário Unificado Polaco) contava com metade de seus membros recrutados entre os professores, funcionários públicos e colarinhos brancos (Di Tella, 1998, p. 90). O PT brasileiro teve uma trajetória com ampla força dos intelectuais e setores de classe média alta (Rodrigues 1990). O caso mais paradigmático talvez seja o do Partido Trabalhista britânico no seu longo processo de institucionalização do século XX: a classe trabalhadora representou 87% dos deputados eleitos na eleição de 1918 e, 50 anos depois, esse percentual caiu para menos de 30% (Guttsman, 1974, pp 33-34). Além do mais, no próprio seio dos partidos comunistas, a guinada da composição social em direção aos intelectuais foi a principal mudança sociológica (Hanley 2003). Desse modo, ainda que esse grande arco de organizações de esquerda tenha sido o terreno para a promoção de grupos sociais menos favorecidos à política eleitoral, o fenômeno da desproletarização dessas mesmas organizações adquire ares quase deterministas. O caminho que leva à institucionalização parece resultar no desaparecimento das fronteiras sociais no interior dos partidos e entre as próprias organizações.

No Brasil, entretanto, ainda que os partidos políticos tenham reforçado sua relação com o Estado e encontram-se superdependentes de sua face pública (Ribeiro 2013), persistem diferenças importantes no que se refere às composições sociais de seus quadros. É verdade que essas diferenças podem ter se reduzido com o passar dos anos, fruto da mudança organizacional que colaborou para maior convergência ideológica em direção ao centro¹⁰. Mesmo com esse processo em andamento, a topografia social da classe política brasileira não é homogênea. Observando as bancadas congressuais eleitas pelas principais forças partidárias, pode-se encontrar diferenças de composição social dominante entre as agremiações. Nesse caso, os grupos sociais mais tradicionais (empresários e profissões com alto prestígio) continuam mais fortemente presentes nos partidos à direita, ao passo que os grupos representativos do operariado urbano ou do magistério estão mais concentrados nos partidos de esquerda (Santos & Serna 2007; Costa 2010; Rodrigues 2006; Rodrigues 2002b). Entretanto, não se sabe ao certo como essa morfologia sócio-ocupacional é produzida no interior das organizações.

A importância desse aspecto para o estudo da organização está justamente em como diferentes segmentos sociais são incorporados ao processo eleitoral numa mesma organização. Alguns dados recentes apontam que, a despeito dessa composição social dominante nas altas capas partidárias (isto é, seus representantes nacionais) e convergente com a posição ideológica, a situação não é a mesma quando se olha para a base da organização, isto é, seus filiados ou delegados. Em outras palavras: demografia social dos partidos na sua base de militantes é muito menos dominante e, portanto, há menos contrastes sociais entre estes quando se olha para baixo do que quando se olha para cima.

Dados recentes indicam que, entre os candidatos a vereadores, as diferenças sócio-ocupacionais são bem menos salientes entre as grandes forças partidárias. Em 2012, no estado de São Paulo, por exemplo, a esquerda contou com 277 candidatos a vereador oriundos das ocupações de trabalhadores, contra 272 do centro e 386 da direita. Os autores apresentam, ainda, que a direita contou com 480 empresários, contra 360 do centro e 283 da esquerda (Rojas & Carlomagno 2014, p.105). De um modo geral, não existe associação positiva entre ocupações empresariais e partidos de direita. E ainda menos para as ocupações de trabalhadores e partidos de esquerda. Pode-se concluir

¹⁰ O PT, por exemplo, contava com 32% de assalariados entre os seus delegados em 1997, número que ficou reduzido, em 2006, a 12,5% (Amaral 2010).

categoricamente que, se tomarmos os candidatos em nível municipal como uma *proxy* melhor da base do partido, as fronteiras sociais são bem mais borradas do que quando observamos as bancadas nacionais.

Aparentemente, temos um paradoxo. Parece que o nível organizacional pode ser uma via importante para explorar as diferenças que emergem entre os eleitos e que, sobretudo não estão presentes na base do partido. A seleção de candidatos pode exercer um papel de filtragem dos grupos sociais que estão presentes no partido e que não estão entre os candidatos escolhidos para representar a organização na eleição.

3. Operacionalizando ocupações de baixo *status* social

A análise dessa questão requer que se analise, em primeiro lugar, os candidatos aos cargos representativos. Para executar essa questão, utilizamos os dados oficiais do TSE sobre candidatos a deputado federal em 2010. Nesse material há um total 162 ocupações. A partir da classificação de (Rodrigues 2009) foi possível distribuí-las em um conjunto onze ocupações de trabalhadores. Elas representam subdivisões ao universo dos trabalhadores em função das diferenças de formação, tipo de atividade (manual ou não manual), ramo de atuação (campo, indústria ou serviços) e assim por diante. Dentre as 162 ocupações constantes nas fichas de candidaturas publicadas pelo TSE, 72 se enquadraram em alguma dessas nove categorias de trabalhadores. As outras se referem a ocupações de alta qualificação, atividades empresariais, docentes, funcionários públicos e demais carreiras prestigiadas no interior do Estado (que são o grande viveiro dos parlamentares eleitos). Em razão do interesse em medir inclusividade de grupos marginalizados ou de baixo *status* social, excluimos essas categorias tradicionais da análise. Portanto, o universo das ocupações de trabalhadores mobilizado congrega 446 candidatos em 2010, representando cerca de 11% do conjunto dos aspirantes a deputado federal, conforme representado na Tabela 3.

Tabela 3 - Tipos de trabalhadores entre os candidatos a deputado federal em 2010				
		Frequency	Percent	Valid Percent
Valid	trabalhadores manuais sem qualificação	11	0,3	2,5
	trabalhadores não manuais sem qualificação	32	0,8	7,2
	trabalhadores industriais de baixa qualificação	6	0,1	1,3
	trabalhadores semiquualificados da construção civil	3	0,1	0,7
	trabalhadores manuais especializados (“artesãos”)	23	0,6	5,2
	trabalhadores especializados não manuais de serviços	164	4	36,8
	trabalhadores industriais de qualificação elevada	32	0,8	7,2
	trabalhadores qualificados da construção civil	2	0	0,4
	trabalhadores qualificados manuais de serviços	31	0,8	7
	trabalhadores qualificados não manuais de serviços	59	1,4	13,2
	profissionais de nível médio	83	2	18,6
	Total	446	10,8	100
Missing	ocupações tracionais, liberais ou empresariais	3678	89,2	
Total		4124	100	

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR), a partir do TSE.

As categorias foram retiradas de (Rodrigues 2009)

Qualquer classificação interessada em agrupar um pouco mais essas classificações exerce uma alta dose de arbitrariedade. Eventualmente, pode haver mais fronteiras internas a uma categoria do que entre duas delas. Ainda assim, é importante procurar uma distinção interna ao conjunto dos trabalhadores para não incorrer no erro de agrupar um técnico em soldagem com um lixeiro. Portanto, fizemos agregamos os onze tipos ocupacionais em uma nova variável chamada “trabalhadores por tipo de qualificação”. Ela procura captar melhor a intensidade da abertura aos trabalhadores e demos o nome. O suposto por trás dessa operação é o de que existe diferença de se incluir, por exemplo, um técnico em agrimensura (categoria de nível médio) de um estivador, carregador ou assemelhados (trabalhadores manuais sem qualificação). Essa variável ficou assim distribuída entre os quatro maiores partidos brasileiros:

Tabela 4 – Tipo de qualificação dos trabalhadores nos principais partidos brasileiros, candidatos a deputado federal em 2010

		trabalhadores por tipo de qualificação						Total
		sem qualificação	com baixa qualificação	manuais semiquali- ficados	qualificados da indústria ou da const.civil	qualificados do comércio ou serviços	de nível técnico	
PT	N	5	1	7	3	13	2	31
	%	16,10%	3,20%	22,60%	9,70%	41,90%	6,50%	100,00%
PSDB	N	0	0	8	0	2	4	14
	%	0,00%	0,00%	57,10%	0,00%	14,30%	28,60%	100,00%
PMDB	N	1	0	8	3	6	10	28
	%	3,60%	0,00%	28,60%	10,70%	21,40%	35,70%	100,00%
DEM	N	0	0	3	1	2	0	6
	%	0,00%	0,00%	50,00%	16,70%	33,30%	0,00%	100,00%
Total	N	6	1	26	7	23	16	79
	%	7,60%	1,30%	32,90%	8,90%	29,10%	20,30%	100,00%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR), a partir do TSE.

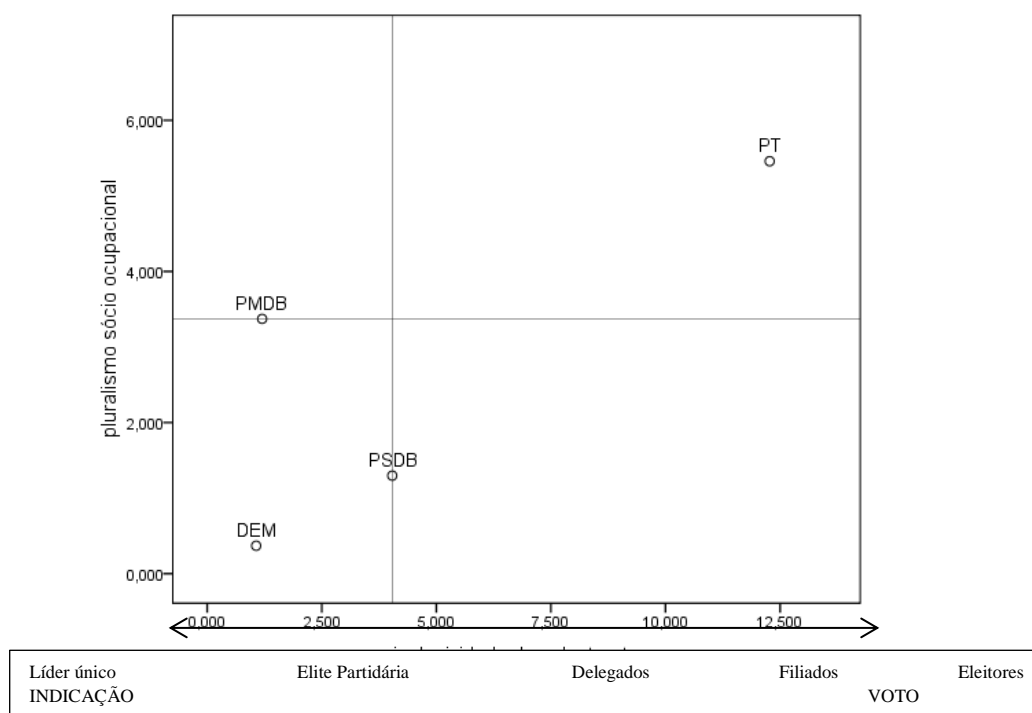
Excluimos as ocupações tradicionais e os pequenos e médios partidos.

Em primeiro lugar, o número inicial de 446 trabalhadores cai drasticamente quando observa-se apenas os quatro maiores partidos, perfazendo apenas 79 casos. Esse já é um dado significativo para o problema da estratificação social e partidos brasileiros: a maior capilaridade aos grupos de baixo status social se dá nos partidos pequenos ou médios. Nesse sentido, a elevada fragmentação do sistema partidário parece conferir maior amplitude social ao jogo eleitoral. Curiosamente ou não, essa combinação de fragmentação com amplitude pode servir, ademais, para alimentar os níveis de eficácia política e interesse em participar nas zonas nas quais essa disposição é mais tímida, isto, é, entre os grupos mais remediados. Seja como for, é nítido que o sistema partidário brasileiro, especialmente nas suas franjas e entre os partidos menos estabelecidos, acaba perpassando verticalmente várias camadas da estratificação social (ou parte da pirâmide social) do país.

Quanto aos partidos em si, PSDB e DEM estão muito menos acessíveis aos trabalhadores do que os demais partidos. O DEM aparente uma parcela praticamente residual desse público. Quanto aos demais, o total de trabalhadores pertencentes ao PT e PMDB são muito parecidos (31 contra 28). Entretanto, dentre as categorias de trabalhadores, o PMDB difere do PT porque inclui uma mão de obra urbana mais qualificada e de nível socioeconômico mais elevado. Nesse sentido, o PT parece exercer atração aos grupos que de fato ocupam posições mais baixas no mercado de trabalho.

Para explorar a relação entre intensidade da inclusividade sócio-ocupacional e o grau de inclusividade do selectorate partidário, atribuímos arbitrariamente pontos (scores) às diferentes ocupações de trabalhadores que sejam sensíveis aos diferentes perfis dos trabalhadores dentro de uma mesma bancada. O suposto por trás dessa operação é o de que existe diferença de se incluir, por exemplo, um técnico em agrimensura (categoria de nível médio) de um estivador, carregador ou assemelhados (trabalhadores manuais sem qualificação). Assim, quanto mais baixa a posição da ocupação na hierarquia social, mais pontos ela recebeu em relação às ocupações dos trabalhadores mais acima na estrutura ocupacional. Os trabalhadores com baixa qualificação ou sem qualificação alguma receberam 3 pontos. Os trabalhadores semiquualificados ou qualificados da indústria e construção civil receberam 2 pontos; os trabalhadores com qualificação no setor de serviços e de nível técnico receberam 1 ponto. Finalmente, para ponderar a quantidade de trabalhadores de cada lista partidária pelo total de candidatos do partido, os scores partidários foram multiplicados pela proporção de trabalhadores de cada lista. A relação entre as duas grandes variáveis gerou uma alta consistência entre padrões de inclusividade e mecanismos de seleção de candidatos, conforme a figura abaixo.

Gráfico 2 – Inclusividade do selectorate e pluralismo sócio ocupacional nos maiores partidos brasileiros – candidatos a deputado federal 2010



Notas: Cálculo do pluralismo sócio ocupacional: sem qualificação (3), com baixa qualificação (3) / manuais semiquualificados (2), qualificados da indústria ou da const.civil (2) / qualificados do comércio ou serviços (1), com nível técnico (1). Os

escores de cada partido foram multiplicados pela proporção de candidatos trabalhadores de cada lista partidária.

A inclusividade do selectorate foi calculada a partir da escala da Figura 01 (pag. 9), que foi ponderada pela a proporção de candidatos escolhidos por votação em cada partido.

Nos dois extremos, o relacionamento das duas variáveis indica um resultado relativamente intuitivo: PT é o antípoda do DEM no que se refere às duas dimensões. O PT, ao mesmo tempo em que amplia os níveis de decisão sobre as listas, inclui mais grupos socialmente desprestigiados na sociedade. O DEM tem uma convergência muito clara: o elitismo se verifica tanto entre os mecanismos selecionadores como entre suas candidaturas.

Não obstante, os resultados mais interessantes se referem aos dos dois partidos centristas. Enquanto que o PSDB consegue manter mecanismos colegiados de seleção de candidatos e evitar o controle restrito de seus chefes, ele mantém um mercado de candidatos pouco inclusivo. Nesse sentido, o PSDB acomoda os típicos setores médio e alto que são selecionados com mecanismos colegiados. De um modo geral, trata-se de uma organização que privilegia uma estrutura mais arejada, ainda que sua base de recrutamento seja mais elitista que inclusiva. Afinal, portanto, a relação que se estabelece entre quem procura o partido, a seleção e a lista final pode ser atravessada por uma dimensão ideológica acentuada.

Por fim, o PMDB é um caso clássico de partido que mescla elementos elitistas (na sua forma de montar listas) com relações interpessoais não restritas a classes sociais. Isto é, enquanto oferta vários candidatos oriundos de setores subalternos, essa parcela aciona seus caciques e relações pessoais com a tentativa de conseguir suas candidaturas.

Em que pese as limitações desse material, não podemos deixar de notar que a origem partidária exerce força inercial sobre essas variáveis: os caminhos iniciais do PT, por exemplo, ao contar com mecanismos participativos e ampla difusão entre o operariado urbano, pode culminar num tipo de organização que congrega inclusividade de seleção com pluralismo social mesmo com tantas mudanças no seu interior. Por sua vez, o PMDB, com ampla expansão territorial nos anos 70 e 80, conseguiu penetrar em setores populares, mas sem com que conseguisse contornar os mecanismos personalistas e autocráticos que operam no seu meio. Desse modo, autocracia e base ampla foram as marcas do PMDB e isso se reflete na formação de suas listas para deputado federal.

Considerações finais

Mirando a relação entre organização e pluralismo social partidário, os dados apresentados parecem fugir de uma relação perfeita entre a face organizacional e o *output* social possível que cada partido exerce na produção de suas candidaturas. Contudo, um olhar mais atento revela que a hipótese apresentada. A hipótese afirmava que: seleções medianamente inclusivas tendem a pluralismo social, por um lado; e seus extremos (alta inclusividade do selectorate ou baixa inclusividade) tendem a baixo pluralismo social, por outro. Conforme os dados mobilizados, essa proposição é parcialmente confirmada. Explicamos essa confirmação ‘parcial’ com cinco considerações.

1. O sistema eleitoral brasileiro não cria incentivos para que os partidos adotem uma postura altamente burocrática e formalista do processo de seleção de candidatos. Enquanto partidos inseridos em sistemas distritais ou de lista fechada tendem a controlar mais de perto este processo, a lista aberta com foco no executivo faz com que os partidos possuam um processo de nomeação de candidatos mais aberto e menos engessado organizacionalmente. Comparando com partidos altamente institucionalizados (como o Partido Socialista Belga, o *Labour* britânico ou o Partido Social-Democrata alemão), os partidos brasileiros estão longe de controlar institucionalmente a seleção de candidatos. O único partido que o faz de forma incisiva é, justamente, o PT.

2. Apesar disso, os partidos se diferem tanto organizativamente, quanto socialmente. Não se trata de uma diferença entre o PT e o resto dos partidos. Os outros três estudados revelam fronteiras organizacionais bastante definidas entre si. Mesmo assumindo que PMDB e PSDB se aproximam tendo em vista a baixa definição entre os elementos organizacionais na seleção de candidatos, é notável a diferença destes em relação também ao DEM.

3. Além de se comportarem organizacionalmente de forma diversa, socialmente os partidos são pouco similares. Enquanto PT e DEM possui perfis sociais bastante distintos, PMDB e PSDB possuem bases sociais mais homogêneas. Em parte isso pode ser explicado pela oferta de candidatos que chega até o partido. Como apontam Fox e Lawless (Fox & Lawless 2005), a existência prévia de quadros de determinados perfis na instituição cria incentivos para que outros adentrem. Do mesmo modo se opera o

inverso, onde a inexistência de determinados padrões sociais leva à baixa identificação de bases sociais com o partido.

4. Em relação à causalidade esperada entre seleção de candidatos e composição social das listas partidárias em relação aos trabalhadores, a hipótese não se confirma. Os dados encontrados apontam que não é possível associar *selectorates* medianamente inclusivos a listas eleitorais plurais. Mesmo que assumíssemos que o PT confirma nossa hipótese – onde a seleção por delegados que votam para tomada de decisão predomina –, os casos de PMDB e PSDB são exemplos que negam a existência desta relação.

5. O problema, como bem lembra Pippa Norris (Norris & Lovenduski 1995) é que a seleção de candidatos não é um movimento unicausal. Ela depende da oferta e de outros fatores que fogem ao controle do partido. O que podemos afirmar com bastante segurança é a relação forte que existe entre fronteiras organizacionais bem definidas e bases sociais idem. Partidos que possuem estrutura organizacional bastante coesa, como PT e DEM, apresentam resultados condizentes no que toca a pluralidade das listas de partidos. Já as legendas partidárias em que a organização não aparece com tanto vigor, levam a composições sociais de suas listas também pouco demarcadas.

Resumidamente, a existência de fronteiras organizacionais robustas tende a produzir uma bem delimitada demarcação do território de caça do partido (Panebianco 2005). Por outro lado, contornos organizacionais borrados permitem que o partido fique à mercê da oferta de candidatos e da relação com o ambiente eleitoral para operar num sistema político altamente permeável.

Referências

- Amaral, O.E. do, 2010. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Universidade Estadual de Campinas.
- Ames, B., 1995. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, 39(2), pp.406–433.
- Araújo, C. & Alves, J.E.D., 2007. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, 50(3), pp.535–577. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt [Accessed September 3, 2012].

- Billie, L. 2001. Democratizing a Democratic Procedure: myth or reality?: candidate selection in Western European Parties, 1960-1990. *Party Politics*. vol. 7, n. 3, p. 363-380.
- Bolognesi, B., 2013a. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.45–68.
- Bolognesi, B., 2013b. *Caminhos para o poder: a seleção dos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010*. UFSCar.
- Braga, M. do S.S., 2008. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, 14(2), pp.454–485. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200008&script=sci_arttext&tng=es [Accessed July 19, 2012].
- Cervi, E.U., 2012. *Computamiento electoral y nivel de disputa en Brasil: una análisis basado en el número efectivo de candidatos por distrito electoral para diputado federal en 2010*, Quito.
- Costa, L.D., 2010. *Os representantes dos estados no Congresso : composição social e carreira política dos Senadores brasileiros*. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.
- Czudnowski, M. 1975. Political Recruitment. In: Greenstein, F. e Polsby, N. Handbook of Political Science. *Micropolitical Theory*. Vol. 2. Reading: Addison-Wesley Publishing Company.
- Desposato, S.W., 2006. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. *American Journal of Political Science*, 50(1), pp.62–80.
- Fox, R.L. & Lawless, J.L., 2005. To run or not to run for office: explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*, 49(3), pp.642–659.
- Freidenberg, F., 2002. *Incentivos electorales y selección de candidatos en organizaciones neopopulistas : el Partido Roldosista Ecuatoriano (1984-2000)*, La Laguna.
- Freidenberg, Flávia. 2003. Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de la América Latina. *Biblioteca de La Reforma Política*. n.1.
- Freidenberg, F., 2006. La democratización de los partidos políticos: entre la ilusión y el desencanto. In J. Thompson & F. Sánchez, eds. *Fortalecimiento de los partidos políticos en América Latina: institucionalización, democratización y transparencia*. San José de Costa Rica: IIDH.
- Freidenberg, F. & Levitsky, S., 2007. Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, 46(184), pp.539–568.

- Gallagher, M. & Marsh, M. eds., 1988. *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd. Available at: <http://www.amazon.com/Candidate-Selection-Comparative-Perspective-Politics/dp/0803981244> [Accessed September 4, 2012].
- Guttsman, W.L., 1974. The British Political Elite and the Class Structure. In P. Stanworth & A. Giddens, eds. *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22–44.
- Hanley, E., 2003. A party of workers or a party of intellectuals? Recruitment into Eastern European communist parties, 1945-1988. *Social Forces*, 81(4), pp.1073–1105.
- Hazan, R.Y. & Rahat, G., 2010. *Democracy within Parties: candidate selection and their political consequences*, Oxford: Oxford University Press.
- Hazan, R.Y. & Rahat, G., 2006. The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators : Theoretical propositions , methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*, 12(3), pp.366–385.
- Hazan, R.Y. & Voerman, G., 2006. Electoral Systems and Candidate Selection. *Acta Politica*, 41(2), pp.146–162. Available at: <http://www.palgrave-journals.com/doi/10.1057/palgrave.ap.5500153>.
- Hopkin, J., 2001. Bringing the members back in? Democratizing candidate selection in Britain and Spain. *Party Politics*, 7(3), pp.343–361.
- Kirchheimer, O., 2012. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), pp.349–385.
- Mainwaring, S., 1988. Políticos, partidos e sistemas eleitorais.
- Norris, P. & Lovenduski, J., 1995. *Political recruitment: gender, race and class in the British parliament*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Panebianco, A., 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo: Martins Fontes.
- Pennings, P. & Hazan, R.Y., 2001. Democratizing candidate selection: causes and consequences. *Party Politics*, 7(3), pp.267–275.
- Rahat, G. 2009. Which Candidate Selection Method is the Most Democratic?. *Government and Opposition*. vol. 44; n. 1. p. 68-90.
- Rahat, G. & Hazan, R.Y., 2001. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. *Party Politics*, 7(3), pp.297–322.
- Rahat, G., Hazan, R.Y. & Katz, R.S., 2008. Democracy and Political Parties: On the Uneasy Relationships between Participation, Competition and Representation. *Party Politics*, 14(6), pp.663–683.

- RIBEIRO, P.F., 2013. EL MODELO DE PARTIDO CARTEL Y EL SISTEMA DE PARTIDOS DE BRASIL. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 33(3), pp.607–629. Available at: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2013000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=en [Accessed August 31, 2014].
- Rodrigues, L.M., 1990. A composição social das lideranças do PT. In *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, pp. 7–36.
- Rodrigues, L.M., 2009. *CUT: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Centro Edelstein. Available at: <http://books.scielo.org/id/vvw5c> [Accessed August 30, 2014].
- Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.
- Rodrigues, L.M., 2002b. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.
- Rojas, F.A.G. & Carlomagno, M.C., 2014. Elite política local e legislativo municipal no estado de São Paulo: partidos, ideologia e composição social. *Agenda Política*, 2(1), pp.94–115.
- Samuels, D., 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil. In *Pathways to Power Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State University Press, pp. 76–91.
- Santos, A.M. dos & Serna, M., 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), pp.93–113. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [Accessed July 15, 2012].
- Schattschneider, E., 1942. *Party government*, New York: Holt, Rinehart and Wilston.
- Siavelis, P.M. & Morgenstern, S., 2009. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In F. Freidenberg & M. A. Saéz, eds. Distrito Federal: Tribunal Electoral del Distrito Federal.
- Di Tella, T.S., 1998. *Los partidos políticos: teoría y análisis comparativo*, Buenos Aires: A-Z editora.
- Wolinetz, S.B., 2002. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In R. Ghunter, J. Montero, & J. Linz, eds. *Political Parties: old concepts, new challenges*. Oxford: Oxford University Press, pp. 136–165.